Autor:
Isabel Estrela Rego

Risco e Catástrofes Naturais

Mau tempo e inundações na Terceira. Setembro de 2015 ©Susana Leonardo

O risco faz parte da condição humana. Desde sempre o ser humano enfrentou situações cujas consequências desconhecia e que tiveram influência na sua vida. A História, e a de Portugal de forma particular, revela-nos que as realizações que permitiram materializar sonhos e alcançar objetivos mais ambiciosos ao longo dos tempos foram impulsionadas por decisões arriscadas. Apesar disso, persiste, no senso comum e na comunidade que se dedica ao estudo deste fenómeno, uma visão do risco negativa e pessimista associada às noções de perigo e dano.

O progresso e a melhoria das condições de vida que, a meados do século passado, se verificaram nas sociedades ocidentais geraram nos indivíduos expectativas de mais segurança e bem-estar na vida privada, no campo laboral e na esfera pública. A par disso, a necessidade de compreender perigos novos e pouco conhecidos e de fazer face a outros desde sempre presentes contribuiu para que a problemática do risco passasse a fazer parte da agenda de políticos, decisores, cientistas, meios de comunicação social e dos próprios cidadãos. Aos cientistas e aos académicos das diversas áreas de especialidade coube estudar os fenómenos que comportam maior ameaça, assim como estimar o grau de dano a que as populações estão expostas. Aos cientistas sociais cumpriu analisar a forma como as sociedades, os grupos e os indivíduos viviam com essa realidade. Assistiu-se a um verdadeiro *'boom'* na produção científica e na literatura sobre o risco.

Uma das áreas da investigação científica sobre o risco que tem vindo a ser alvo de maior atenção nas últimas décadas é a dos desastres e catástrofes naturais. Fenómenos hidro-meteorológicos (como tempestades e cheias) e geológicos (como tsunamis, sismos, vulcões ou movimentos de vertente) que desde sempre assolaram a humanidade, têm hoje efeitos destruidores potenciados por variáveis de natureza declaradamente antropogénica como sejam o aquecimento global, a pobreza ou as desigualdades sociais.

Os esforços para a redução do risco de desastres que vêm sendo empreendidos pelos estados e, a nível global por instâncias como as Nações Unidas, primeiro pela criação, nos anos 90, da Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais e, posteriormente, através de medidas alinhadas com a *Estratégia de Yokohama* e o *Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015*, através de ações coordenadas pela UNISDR – *The United Nations Office for Disaster Risk Reduction*, conduziram à diminuição de vítimas resultantes de alguns desastres e ao aumento da consciência institucional e pública acerca dos riscos

Mesmo assim, registos recentes(1) revelam que as ocorrências da última década causaram mais de 700 mil mortes, 1,4 milhões de feridos e 23 milhões de desalojados, e que crianças, mulheres e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade foram os mais afetados. No plano económico os prejuízos ascenderam a mais de 1,3 triliões de dólares.

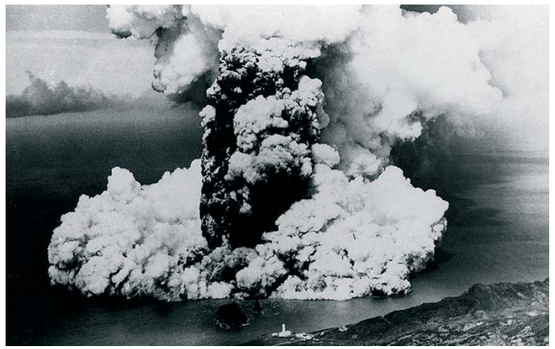
Perante este cenário, o *Quadro de Sendai para a Redução do*

Risco de Desastre 2015-2030, em aplicação desde o passado mês de março, enfatiza, entre outras coisas, a necessidade urgente de (1) criar sociedades mais resilientes, (2) prosseguir o estudo multidisciplinar e a monitorização dos múltiplos riscos de desastre com vista à criação de uma cultura de precaução e à preparação para o enfrentamento e resposta a catástrofes, (3) incrementar uma governança do risco assente no envolvimento e na participação de todos os implicados e (4) desenvolver sistemas de preparação, comunicação, resposta, recuperação e reconstrução mais robustos e eficientes.

No que concerne a necessidade de melhor conhecer os riscos para fundamentar a ação em situações específicas, preconiza-se a atualização periódica da informação disponível sobre fatores como vulnerabilidade, exposição ou capacidade de resposta, bem como a disseminação de informação sobre o risco em formatos adequados aos vários grupos-alvo.

Angra do Heroísmo, sismo de 1980

Em sintonia com estes princípios e diretrizes decorrem algumas iniciativas de investigação que, no âmbito do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores, procuram caracterizar a vertente da perceção pública e das práticas de enfrentamento relativas aos riscos sísmico e vulcânico. Mais especificamente, estudam-se, numa fase ainda inicial e numa perspetiva exploratória, o modo como indivíduos e agregados familiares da ilha de S. Miguel, pensam e sentem relativamente a estes fenómenos e que práticas realizam para se prepararem e protegerem. Como se sabe, sismos e vulcões fazem parte da essência e da história destas ilhas atlânticas. Espera-se que o conhecimento da realidade psicológica do risco dos fenómenos naturais contribua para o incremento de uma desejável cultura de precaução nos Açores.



Erupção dos Capelinhos, Faial. 1957-1958

Applied Risk Communication for the 21st Century

Decorrerá, de 28 a 30 de setembro, na Universidade de Harvard, School of Public Health, em Boston, um curso subordinado ao tema da Comunicação de Risco.

Uma vez que os desafios atuais cruzam as fronteiras nacionais e requerem uma comunicação coordenada entre organizações públicas e privadas de diferentes países, o curso destina-se a profissionais responsáveis pela comunicação de risco no sector organizacional e em governos de todo o mundo.

Reconhecendo a importância da comunicação de risco na preparação e resposta a crises e catástrofes, um membro do CVARG participará neste evento.